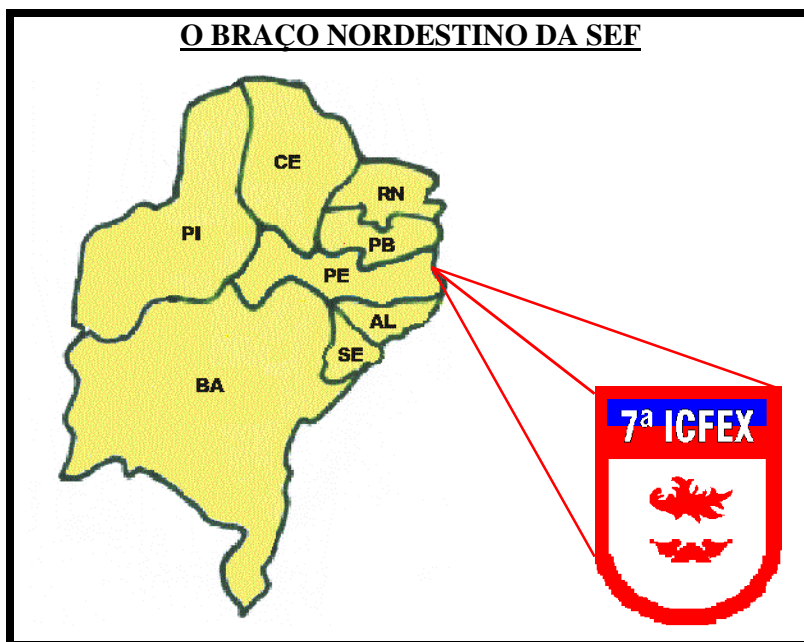




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 06
(30 DE JUNHO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06, de 30 de junho de 2008</i>	<i>Pág 1</i>	
----------	---	--------------	--

ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Realização de Despesas da Operação Pipa	2
“B”	- Contratação temporária de pessoal civil	5

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06, de 30 de junho de 2008	Pág 2	
----------	--	-------	--

ANEXO “A”

REALIZAÇÃO DE DESPESAS DA OPERAÇÃO PIPA

Esta Inspetoria encaminhou a SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**

Of nº 016 – S/3

Brasília, 14 de abril de 2008.

Do Sr Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Recursos da Operação Pipa

Ref: Portaria 004-SEF, de 06 Nov 02.

Anexos: - Cópia do Of nº 091-A/2 de 07 Ago 01; e
- Cópia do Of nº 089-A/2 de 02 Ago 01, ambos da SEF

1. Versa o presente expediente versa sobre os gastos realizados com recursos da Operação Pipa.

2. Solicito a V Ex^a a possibilidade da apreciação do assunto, nos termos que se seguem:

a. Conforme letra “b” do número “5” do ofício Nr 089-A/2, de 02 Ago 01, o empenho destinado aos pipeiros com recursos da operação pipa deve ser administrativo em favor da UG que realizará a despesa, indicando no campo relativo a licitação opção “8” – não se aplica, e discriminando o preço (m3 x Km) que deseja pagar e outras condições pertinentes à contratação.

b. Entretanto, a fim de possibilitar uma maior transparência dos atos e fatos administrativos, como também um maior controle, esta ICFEx entende que os Empenhos realizados com recursos da Operação Pipa, destinados aos pipeiros, devem ser emitidos pelo tipo “Estimativo e Nominal”, com opção “8” – não se aplica.

3. Tal necessidade decorre de observação levantadas por ocasião de análise no SIAFI e das visitas de auditorias realizadas nas diversas unidades gestoras, que possuem os recursos da Operação Pipa, onde ficam evidenciados vícios de procedimentos, e até mesmo de entendimentos, no que se refere às despesas efetivamente realizadas, não ficando muito claro para o Controle Interno todo o processo realizado pela UG.

7ª ICEFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06, de 30 de junho de 2008</i>	<i>Pág 3</i>	
-----------	---	--------------	--

4. Deve-se, ainda, observar que há obrigatoriedade de formalizar o acordo legal entre a UG e o pipeiro. Sendo assim, seria correto afirmar, salvo outro entendimento, que a Nota de Empenho (NE) teria que ter como favorecido o próprio pipeiro (NE nominal e estimativo) e não a unidade gestora (NE administrativo). Tal fato guarda semelhança com os procedimentos em relação às despesas médicas realizadas em favor dos profissionais de saúde autônomos (PSA).

5. Isto posto, esta Inspetoria solicita a V. Ex^a a possibilidade da apreciação do assunto e mandar ratificar ou retificar o entendimento desta Setorial Contábil.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - Cel
Chefe da 7ª ICEFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06, de 30 de junho de 2008</i>	Pág 4	
----------------------	---	-------	--

Em resposta, esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Of nº 031 – A/2

Brasília, 24 de abril de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: realização de despesas da Operação Pipa

Ref: Of nº 016-S/3, de 14 Abr 08.

1. O presente expediente versa sobre a realização de despesas na execução de convênio referente à “Operação Pipa”, conforme o constante do ofício da referência.

2. Após estudar o assunto sob o aspecto técnico-normativo, informo a essa Chefia o que se segue:

a. a orientação contida no Of nº 089-A/2, de 02 Ago 01, objetivou atender a solicitação do Ordenador de Despesas do Comando Militar do Nordeste, no sentido de simplificar a execução do mencionado convênio, quando fosse o caso de contratação de grande quantidade de prestadores de serviços autônomos (pipeiros); e

b. a regra geral principalmente quando envolver número reduzido de contratações, consiste na emissão de acordo de vontade e respectiva Nota de Empenho (NE) para cada prestador de serviços, na forma indicada por essa Inspeção.

3. Do exposto, ratifico o entendimento dessa Chefia e solicito transmitir o presente entendimento às Unidades Gestoras (UG) vinculadas envolvidas.

Gen Div SEBASTIÃO PESANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06 , de 30 de junho de 2008	Pág 5	
----------------------	--	-------	--

ANEXO “B”

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL CIVIL

Esta Inspeção encaminhou a SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**

Of nº 028 – S/3/Cont

Recife-PE, 14 de junho de 2008.

Do Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Ao Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Contratação temporária de pessoal civil

Ref: Portaria nº 234 de 17 Abr 08, do Cmt do Exército.

1. Trata o presente expediente sobre a supervisão do processo de contratação temporária de pessoal civil.
2. De acordo com o documento da referência, é de competência do Departamento de Engenharia e Construção (**DEC**) a supervisão do processo de contratação temporária de pessoal civil, com dotação orçamentária específica advinda de obras de cooperação das OM de Engenharia.
3. Haja vista que o volume considerável de recursos destinados às Unidades de Engenharia situadas na área de atuação desta Inspeção, são **oriundos de destaques**, solicito a V Ex^a a possibilidade de mandar esclarecer se a referida portaria é aplicável, também, às contratações temporárias de pessoal civil cujas dotações orçamentárias são oriundas de destaques.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - Cel
Chefe da 7ª ICEFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 06 , de 30 de junho de 2008	Pág 6	
----------------------	--	-------	--

Em resposta, esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Of nº 056 – A/2

Brasília, 16 de junho de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: contratação temporária de pessoal civil

Ref: a. Of nº 028-S3/Cont-7ª ICFE_x, de 11 de junho de 2008;
b. Portaria nº 243, de 17 de abril de 2008, do Comandante do Exército; e
c. Portaria Interministerial nº 69/MP/MD, de 31 de março de 2008.

1. Trata o presente expediente de atender consulta sobre contratação temporária de pessoal civil, formulada por essa Inspeção de acordo com o documento de referência “a”.

2. Tendo em vista o disposto nos documentos de referência “b” e “c”, informo a essa Chefia que as contratações temporárias de pessoal civil somente serão formalizadas dentro dos limites autorizados e mediante disponibilização de dotações orçamentárias específicas para o respectivo convênio; conseqüentemente, não há permissibilidade para utilização de recursos oriundos de descentralização externa de créditos (destaques).

Gen Div SEBASTIÃO PESANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”